ReGeo ISSN: 2177-3246

ASPECTOS RELACIONADOS À PRESCRIÇÃO DE FÁRMACOS PSICOTRÓPICOS POR CIRURGIÕES-DENTISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE DE MONTES CLAROS-MG

ASPECTS RELATED TO THE PRESCRIPTION OF PSYCHOTROPIC DRUGS BY DENTISTS IN THE PUBLIC HEALTH SERVICE OF MONTES CLAROS, MG

ASPECTOS RELACIONADOS CON LA PRESCRIPCIÓN DE FÁRMACOS PSICOTRÓPICOS POR CIRUJANOS DENTISTAS DEL SERVICIO PÚBLICO DE SALUD DE MONTES CLAROS, MG

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-013

Data de submissão: 01/07/2026 **Data de publicação:** 01/08/2026

Guilherme Gonçalves da Silva
Mestre em Cuidado Primário à Saúde
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros, Afya Centro Universitário Montes Claros
E-mail: guilherme.goncalves91@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6050-7968
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2429545088376210

Barbara Quadros Tonelli
Mestre em Cuidados Primários em Saúde
Instituição: Afya Centro Universitário Montes Claros
E-mail: babitonelli@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3961-6374

Kristian Junielly Pereira Fonseca
Graduada em Odontologia
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: kristianjunielly@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-7287-212X

Fernanda Piana Santos Lima de Oliveira
Doutora em Odontologia
Instituição: Afya Centro Universitário Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: fernandapiana@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8826-6852
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3880037127393516

Josiane Brant Santos Rocha
Doutora em Ciência do Desporto
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros, Afya Centro Universitário Montes Claros
E-mail: josianenat@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7317-3880
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4594779170732234

ReGeo
ISSN: 2177-3246

Daniela Araújo Veloso Popoff
Doutora em Ciências Odontológicas
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros, Afya Centro Universitário Montes Claros
E-mail: daniela.popoff@unimontes.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8313-2495
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4685026297802113

RESUMO
A prescrição de substâncias psicotrópicas, embora regulamentada por normas federais, ainda carece de estudos que avaliem o nível de conhecimento dos cirurgiões-dentistas do serviço público, especialmente diante das demandas assistenciais crescentes e das limitações de educação continuada. Este estudo teve como os aspectos relacionados à autodeclaração de conhecimento e às práticas de prescrição de fármacos psicotrópicos por cirurgiões-dentistas do serviço público de saúde de Montes Claros, Minas Gerais. Trata-se de um estudo transversal realizado com cirurgiões-dentistas da atenção primária e secundária de Montes Claros (MG), utilizando questionário estruturado contendo variáveis sociodemográficas, laborais, práticas de prescrição e cinco dimensões do conhecimento sobre psicotrópicos. A análise foi conduzida por regressão de Poisson com variância robusta, estimando razões de prevalência (RP) e intervalos de confiança de 95%. Participaram 182 dentistas, majoritariamente mulheres (70,3%), com idade entre 24 e 45 anos (73,1%) e com especialização e/ou graduação como maior titulação (86,3%). A prescrição de psicotrópicos foi elevada (77,5%), sendo mais frequentes os opioides (70,3%) e benzodiazepínicos (50,0%). A prevalência de não conhecimento sobre a prescrição de psicotrópicos foi de 23,1%. Na análise ajustada, menor escolaridade (RP = 1,24; IC95%: 1,01–1,52) e tempo de formação ≥ 5 anos (RP = 1,23; IC95%: 1,03–1,46) estiveram associados ao não conhecimento, assim como a não prescrição de benzodiazepínicos (RP = 1,16; IC95%: 1,01–1,32). Os achados evidenciam que fatores formativos, desatualização profissional e menor experiência prática influenciam diretamente a probabilidade de não conhecimento sobre psicotrópicos. Esses resultados reforçam a necessidade de estratégias estruturadas de capacitação e educação continuada, visando fortalecer a prescrição segura e promover o uso racional de medicamentos no contexto da odontologia pública.

Palavras-chave: Psicofármacos. Prescrição Odontológica. Cirurgiões-dentistas. Uso Racional de Medicamentos. Saúde Pública.

ABSTRACT
The prescription of psychotropic substances, although regulated by federal standards, still lacks studies that assess the level of knowledge of public-sector dentists, especially in the face of increasing care demands and limitations in continuing education. This study addressed aspects related to self-reported knowledge and prescription practices of psychotropic drugs by dentists in the public health service of Montes Claros, Minas Gerais. This is a cross-sectional study conducted by dentists working in primary and secondary care in Montes Claros (MG), using a structured questionnaire containing sociodemographic and work-related variables, prescribing practices, and five dimensions of knowledge about psychotropics. The analysis was conducted using Poisson regression with robust variance, estimating prevalence ratios (PR) and 95% confidence intervals. A total of 182 dentists participated, mostly women (70.3%), aged between 24 and 45 years (73.1%), and with specialization and/or an undergraduate degree as their highest qualification (86.3%). The prescription of psychotropics was high (77.5%), with opioids (70.3%) and benzodiazepines (50.0%) being the most frequently prescribed. The prevalence of lack of knowledge about the prescription of psychotropics was 23.1%. In the adjusted analysis, lower educational level (PR = 1.24; 95%CI: 1.01–1.52) and time since graduation ≥ 5 years (PR = 1.23; 95%CI: 1.03–1.46) were associated with lack of knowledge, as

was not prescribing benzodiazepines (PR = 1.16; 95%CI: 1.01–1.32). The findings show that educational factors, professional outdatedness, and less practical experience directly influence the likelihood of lacking knowledge about psychotropics. These results reinforce the need for structured training and continuing education strategies to strengthen safe prescribing and promote the rational use of medicines in the context of public dentistry.

Keywords: Psychotropic Drugs. Dental Prescribing. Dentists. Rational Use of Medicines. Public Health.

RESUMEN

La prescripción de sustancias psicotrópicas, aunque esté regulada por normas federales, aún carece de estudios que evalúen el nivel de conocimiento de los cirujanos dentistas del servicio público, especialmente ante las crecientes demandas asistenciales y las limitaciones de la educación continua. Este estudio abordó los aspectos relacionados con la autodeclaración de conocimiento y las prácticas de prescripción de fármacos psicotrópicos por cirujanos dentistas del servicio público de salud de Montes Claros, Minas Gerais. Se trata de un estudio transversal realizado con cirujanos dentistas de la atención primaria y secundaria de Montes Claros (MG), utilizando un cuestionario estructurado que incluía variables sociodemográficas, laborales, prácticas de prescripción y cinco dimensiones del conocimiento sobre psicotrópicos. El análisis se llevó a cabo mediante regresión de Poisson con varianza robusta, estimándose razones de prevalencia (RP) e intervalos de confianza del 95%. Participaron 182 dentistas, en su mayoría mujeres (70,3%), con edad entre 24 y 45 años (73,1%) y con especialización y/o licenciatura como mayor titulación (86,3%). La prescripción de psicotrópicos fue elevada (77,5%), siendo más frecuentes los opioides (70,3%) y las benzodiacepinas (50,0%). La prevalencia de desconocimiento sobre la prescripción de psicotrópicos fue del 23,1%. En el análisis ajustado, menor escolaridad (RP = 1,24; IC95%: 1,01–1,52) y tiempo de graduación ≥ 5 años (RP = 1,23; IC95%: 1,03–1,46) se asociaron al desconocimiento, así como la no prescripción de benzodiacepinas (RP = 1,16; IC95%: 1,01–1,32). Los hallazgos evidencian que factores formativos, desactualización profesional y menor experiencia práctica influyen directamente en la probabilidad de desconocimiento sobre psicotrópicos. Estos resultados refuerzan la necesidad de estrategias estructuradas de capacitación y educación continua, con el objetivo de fortalecer la prescripción segura y promover el uso racional de medicamentos en el contexto de la odontología pública.

Palabras clave: Psicotrópicos. Prescripción Odontológica. Cirujanos-dentistas. Uso Racional de Medicamentos. Salud Pública.

1 INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos psicotrópicos, incluindo ansiolíticos, antidepressivos, opioides e anticonvulsivantes, ocupa um papel relevante na prática odontológica, especialmente no manejo da dor aguda, do medo e da ansiedade em pacientes específicos. Por atuarem diretamente no sistema nervoso central, esses fármacos podem facilitar procedimentos clínicos, melhorar a adesão ao tratamento e ampliar a segurança assistencial quando utilizados de forma adequada (Avelar *et al*., 2019; Mahesarajah *et al*., 2024; Huang *et al*., 2022). No Brasil, a prescrição de substâncias psicotrópicas por cirurgiões-dentistas é regulamentada pela Portaria SVS/MS nº 344/1998, que estabelece critérios para o controle sanitário e define os tipos de receituário permitidos, exigindo dos profissionais conhecimento atualizado tanto das normativas quanto dos riscos farmacológicos envolvidos (Brasil, 1998).

Em países como os Estados Unidos, a prescrição odontológica de psicotrópicos, especialmente opioides, é amplamente difundida e constitui prática comum em procedimentos dolorosos, como extrações dentárias (Rasubala *et al*., 2015; Datta *et al*., 2025). No Brasil, entretanto, o cenário é distinto: estudos apontam baixa familiaridade dos profissionais com a legislação, dificuldades no domínio de protocolos padronizados e menor utilização desses medicamentos na rotina clínica, sobretudo no serviço público, contexto em que a demanda assistencial é elevada e a capacitação continuada é frequentemente limitada (Hochscheidt *et al*., 2021; Pereira *et al*., 2023; Avelar *et al*., 2019).

Diversas classes de psicotrópicos possuem indicações odontológicas potenciais. Opioides são úteis no manejo da dor aguda pós-operatória; benzodiazepínicos auxiliam no controle da ansiedade e fobia odontológica; e antidepressivos tricíclicos e anticonvulsivantes são empregados no tratamento de dores crônicas e neuropáticas, como na disfunção temporomandibular (Araújo *et al*., 2020; Pereira *et al*., 2023; Hollingworth *et al*., 2017). Contudo, a existência de regulamentação não garante a sua aplicação prática adequada, e persistem lacunas importantes relacionadas à formação, à atualização profissional e à segurança no uso desses medicamentos (Araújo *et al*., 2020; Pereira *et al*., 2023).

Embora os psicotrópicos possam trazer benefícios relevantes quando corretamente indicados, a literatura enfatiza a necessidade de monitorar padrões de prescrição, identificar práticas inadequadas e implementar ações educativas que reduzam riscos e previnam efeitos adversos (Abed *et al*., 2023). No âmbito do SUS, essa necessidade é ainda mais evidente, considerando a complexidade clínica dos pacientes, a prevalência de polifarmácia e os desafios estruturais que impactam a educação continuada (Avelar *et al*., 2019).

Diante da escassez de estudos nacionais que avaliem aspectos relacionados à prescrição de

psicotrópicos por cirurgiões-dentistas da rede pública sobre a prescrição de psicotrópicos, torna-se essencial investigar como esses profissionais compreendem a legislação vigente, os protocolos de prescrição e os riscos associados ao uso desses fármacos. Assim, este estudo objetiva caracterizar o conhecimento dos cirurgiões-dentistas da rede pública de Montes Claros (MG) sobre a prescrição de psicotrópicos e identificar fatores associados, contribuindo para o fortalecimento da prática clínica segura e do uso racional de medicamentos na Odontologia.

2 METODOLOGIA

2.1 DELINEAMENTO E POPULAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo transversal, de abordagem analítica, censitária, realizado com cirurgiões-dentistas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, Minas Gerais. A população elegível foi composta por profissionais atuantes em diferentes níveis de atenção, incluindo equipes de Saúde da Família, Atenção Primária à Saúde, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Atenção Prisional. Essa abrangência permitiu contemplar distintos contextos de prática profissional, garantindo maior representatividade do perfil de prescrição de psicotrópicos na rede pública.

Para garantir adequada familiaridade com a rotina assistencial e com os protocolos de prescrição, foram incluídos apenas profissionais com, no mínimo, seis meses de atuação no serviço. Foram excluídos cirurgiões-dentistas afastados por licença, férias ou que não responderam integralmente ao instrumento de pesquisa.

2.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário estruturado, elaborado com base na literatura sobre farmacologia odontológica e regulamentação da prescrição de substâncias controladas. O instrumento contemplou três blocos: (1) características sociodemográficas (gênero, idade, estado civil e escolaridade); (2) características laborais (tempo de formação e tempo de serviço na rede pública); e (3) prática de prescrição medicamentosa, incluindo psicotrópicos, opioides, benzodiazepínicos, antidepressivos, anticonvulsivantes e antipsicóticos.

A variável dependente deste estudo foi a autodeclaração de conhecimento sobre a prescrição de psicotrópicos por cirurgiões-dentistas. Esse desfecho foi mensurado a partir de um conjunto de 5 questões do instrumento de coleta que investigaram diferentes dimensões do conhecimento necessário para a prescrição segura de psicotrópicos. Foram consideradas as respostas referentes ao: (1) conhecimento da Portaria nº 344/1998 do Ministério da Saúde, que regulamenta a prescrição de

psicotrópicos; (2) reconhecimento de que o cirurgião-dentista está *legalmente* autorizado a prescrever psicotrópicos na prática odontológica; (3) conhecimento dos protocolos e diretrizes aplicáveis à prescrição desses medicamentos; (4) percepção da importância do domínio desses protocolos; (5) aprendizado prévio durante a formação acadêmica sobre prescrição de psicotrópicos e condução de possíveis efeitos adversos.

Para fins analíticos, cada item foi recodificado em 1 = conhecimento e 0 = desconhecimento, sendo construído um escore final variando de 0 a 5 pontos. A categorização do desfecho foi definida com base na distribuição do escore na amostra: participantes com escore igual a 2 foram classificados como "não tem conhecimento", enquanto aqueles com escore ≥ 3 foram classificados como "tem conhecimento". Essa classificação refletiu de forma adequada o padrão empírico de respostas e foi utilizada nas análises subsequentes.

Inicialmente, foi realizado um estudo piloto com a finalidade de avaliar os instrumentos da pesquisa e a dinâmica da coleta dos dados, possibilitando, assim, a realização dos devidos ajustes. O estudo piloto foi realizado com seis cirurgiões-dentistas, de ambos os sexos, e de vínculos profissionais diferentes, que compõem o apoio institucional da APS do município.

A coleta foi realizada entre outubro de 2023 e julho de 2024, mediante aplicação presencial do questionário, de acordo com a disponibilidade das unidades de saúde e dos profissionais. A participação foi voluntária, com assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram organizados em planilhas do *Microsoft Excel*® e posteriormente analisados no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS®), versão 24.0. Realizou-se análise descritiva por meio de frequências absolutas e relativas. Para avaliar fatores associados ao não conhecimento sobre a prescrição de psicotrópicos, utilizou-se regressão de *Poisson* com variância robusta, estimando-se razões de prevalência (RP) e intervalos de confiança de 95%. Variáveis com p ≤ 0,20 na análise bruta foram inseridas no modelo ajustado, permanecendo no modelo final aquelas com significância estatística (p ≤ 0,05).

2.4 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Faculdades Integradas Pitágoras – UNIFIPMoc, com parecer de número 6.101.319 (CAAE: 69884123.3.0000.5109), seguindo as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012. A confidencialidade e anonimato dos participantes foram integralmente assegurados.

3 RESULTADOS

Participaram do estudo 182 cirurgiões-dentistas do serviço público de Montes Claros (MG). A maior parte dos profissionais era do sexo feminino, tinha entre 24 e 45 anos, vivia com companheiro e possuía especialização ou graduação como maior nível de formação. Quanto ao perfil laboral, a maioria relatou seis anos ou mais de atuação profissional, e o tempo de formação foi superior a cinco anos (Tabela 1).

Tabela 1 - Análise descritiva do perfil sociodemográfico e laboral de cirurgiões-dentistas do serviço público de Montes Claros, MG.

Variáveis		n	%
Variável dependente			
Conhecimento sobre a prescrição dos psicotrópicos	Tem conhecimento	137	75,3
	Não tem conhecimento	45	24,7
Fatores sociodemográficos			
Sexo	Masculino	54	29,7
	Feminino	128	70,3
Idade	24 a 45 anos	133	73,1
	46 a 66 anos	49	26,9
Estado civil	Com companheiro	100	54,9
	Sem companheiro	82	45,1
Titulação acadêmica	Doutorado/ Mestrado	25	13,7
	Especialização/ Graduação	157	86,3
Fatores laborais			
Tempo de serviço	Até 5 anos	88	48,4
	6 anos ou mais	94	51,6
Tempo de formação	Abaixo de 5 anos	88	48,4
	5 anos ou mais	94	51,6

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das variáveis relacionadas ao conhecimento e à prática de prescrição de psicotrópicos entre os cirurgiões-dentistas estudados. A maioria dos participantes demonstrou conhecimento global sobre a prescrição de psicotrópicos, embora apenas 20,9% declarassem conhecer a Portaria nº 344/1998, que regulamenta o controle dessas substâncias. Em contraste, quase todos reconheceram que o cirurgião-dentista está legalmente autorizado a prescrever psicotrópicos e afirmaram conhecer protocolos de prescrição. No que se refere à formação, a maioria relatou ter aprendido sobre protocolos de prescrição durante a graduação, embora a maior parte considere esse aprendizado insuficiente.

Em relação à prática clínica, a maioria prescreve algum tipo de psicotrópico, sendo os opioides e os benzodiazepínicos os mais utilizados. A prescrição de antidepressivos, anticonvulsivos e antipsicóticos foi pouco frequente, indicando que apenas uma parcela reduzida utiliza esses

medicamentos na rotina odontológica. Esses achados revelam que, embora os profissionais apresentem experiência prática com psicotrópicos, persistem lacunas importantes no conhecimento normativo e na formação específica.

Tabela 2 - Distribuição das variáveis de conhecimento e prática de prescrição de psicotrópicos entre cirurgiões-dentistas do serviço público de Montes Claros, MG.

Variáveis		n	%
Variável dependente			
Conhecimento sobre a prescrição de psicotrópicos	Tem conhecimento	140	76,9
	Não tem conhecimento	42	23,1
Dimensões do conhecimento sobre prescrição de psicotrópicos			
Conhece a legislação da Portaria Nº 344, de 12 de maio de 1998	Sim	38	20,9
	Não	144	79,1
Cirurgião-dentista pode prescrever medicamentos psicotrópicos	Sim	174	95,6
	Não	8	4,4
Conhece os protocolos de prescrição de medicamentos psicotrópicos	Sim	141	77,5
	Não	41	22,5
Aprendeu sobre os protocolos de prescrição dos psicotrópicos para finalidade odontológica, durante a graduação ou em cursos de pós-graduação	Sim, suficiente	11	6,0
	Sim, mas insuficiente	136	74,7
	Não aprendi	35	19,2
Prescrição de medicamentos			
Psicotrópicos	Prescreve	141	77,5
	Não prescreve	41	22,5
Opioides	Prescreve	128	70,3
	Não prescreve	54	29,7
Antidepressivos	Prescreve	22	12,1
	Não prescreve	160	87,9
Anticonvulsivos	Prescreve	7	3,8
	Não prescreve	175	96,2
Antipsicóticos	Prescreve	3	1,6
	Não prescreve	179	98,4
Benzodiazepínicos	Prescreve	91	50,0
	Não prescreve	91	50,0

Fonte: Elaboração própria.

Na análise dos fatores associados ao não conhecimento sobre a prescrição de psicotrópicos, a análise bruta identificou associação com escolaridade, tempo de formação, tempo de serviço e prática de prescrição de psicotrópicos, especialmente de benzodiazepínicos.

Após o ajuste multivariado, a titulação acadêmica e tempo de formação mantiveram associação estatisticamente significativa com o desfecho. Profissionais com menor titulação acadêmica (graduação ou especialização) apresentaram maior prevalência de não conhecimento em comparação àqueles com mestrado ou doutorado. De forma semelhante, cirurgiões-dentistas formados há cinco

anos ou mais apresentaram maior prevalência de não conhecimento, sugerindo possível efeito de desatualização profissional. A idade apresentou associação limítrofe, indicando tendência de maior não conhecimento entre profissionais mais velhos. A não prescrição de benzodiazepínicos também permaneceu associada ao desfecho, indicando que a menor familiaridade prática com esse grupo farmacológico pode refletir limitações no conhecimento geral sobre prescrição de psicotrópicos (Tabela 3).

Tabela 3 - Análise bruta e ajustada da associação entre o conhecimento sobre a prescrição dos psicotrópicos e sociodemográficos, laborais e prescrição de medicamentos entre cirurgiões-dentistas do serviço público de Montes Claros, MG.

Variáveis		RP_{Bruta} (IC 95%)	p-valor	$RP_{Ajustada}$ (IC 95%)	p-valor
Fatores sociodemográficos					
Gênero	Masculino Feminino	1,00 0,98 (0,85-1,12)	0,807		
Idade	18 a 45 anos 46 a 66 anos	1,00 1,03 (0,90-1,19)	0,585	1,00 1,20 (0,99-1,45)	0,053
Estado civil	Com companheiro Sem companheiro	1,00 0,97 (0,85-1,10)	0,663		
Escolaridade	Doutorado/ Mestrado Especialização/ Graduação	1,00 1,24 (1,01-1,52)	0,038	1,00 1,24 (1,01-1,52)	0,038
Fatores laborais					
Tempo de serviço	Até 5 anos 6 anos ou mais	1,00 0,91 (0,80-1,03)	0,144		
Tempo de formação	Abaixo de 5 anos 5 anos ou mais	1,00 1,11 (0,97-1,25)	0,103	1,00 1,23 (1,03-1,46)	0,018
Prescrição de medicamentos					
Psicotrópicos	Prescreve Não prescreve	1,00 1,11 (0,97-1,27)	0,129		
Opioides	Prescreve Não prescreve	1,00 1,07 (0,93-1,22)	0,302		
Antidepressivos	Prescreve Não prescreve	1,00 1,25 (1,01-1,56)	0,039		
Anticonvulsivos	Prescreve Não prescreve	1,00 1,03 (0,73-1,45)	0,844		
Antipsicóticos	Prescreve Não prescreve	1,00 1,08 (0,63-1,85)	0,765		
Benzodiazepinico	Prescreve Não prescreve	1,00 1,19 (1,05-1,34)	0,005	1,00 1,16 (1,01-1,32)	0,025

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Desfecho = não conhecimento sobre a prescrição de psicotrópicos. RP = Razão de prevalência; IC95%= Intervalo de confiança de 95%.

4 DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo evidenciaram que a prescrição de psicotrópicos é prática comum entre cirurgiões-dentistas da rede pública, especialmente no que se refere ao uso de opioides e benzodiazepínicos, empregados predominantemente no manejo da dor aguda e da ansiedade pré-procedimental (Avelar *et al*., 2019; Carrasco-Labra *et al*., 2023). Além disso, observou-se que o conhecimento dos profissionais sobre a prescrição de psicotrópicos não é homogêneo entre as diferentes dimensões avaliadas. Embora a maioria reconheça que o cirurgião-dentista é legalmente autorizado a prescrever psicotrópicos e afirme conhecer protocolos clínicos, apenas uma pequena parcela declarou conhecer a Portaria nº 344/1998, e grande parte considerou insuficiente o aprendizado recebido na formação acadêmica. Essa assimetria entre conhecimento prático, legal e formativo explica, em parte, o padrão de distribuição do escore e contribui para compreender os achados das associações observadas. Assim, constatou-se que o não conhecimento foi mais prevalente entre cirurgiões-dentistas com menor titulação acadêmica, maior tempo de formação e entre aqueles que não prescrevem benzodiazepínicos, sugerindo interação entre fragilidades formativas, desatualização profissional e menor familiaridade prática com psicotrópicos.

Achados de estudos nacionais demonstram a centralidade dos opioides como opção terapêutica para o controle da dor pós-operatória, o que converge com os resultados do presente estudo, em que esses fármacos corresponderam a cerca de 70 % das prescrições (Avelar *et al*., 2019; Pereira *et al*., 2023; Hochscheidt *et al*., 2021). No cenário internacional, principalmente nos Estados Unidos e Canadá, o uso de opióides em odontologia é ainda mais disseminado e esteve diretamente relacionado ao agravamento da crise de dependência nessas regiões (Sharma *et al*., 2020; Zehravi; Maqbool; Ara, 2022). Embora o Brasil tenha um contexto regulatório mais restritivo, os resultados do presente estudo mostram que a prática acompanha tendências globais, especialmente no manejo da dor aguda. Esse padrão sugere que a formação clínica tradicional e a busca por intervenções rápidas e eficazes podem favorecer a manutenção dessa conduta, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade de vigilância e alternativas terapêuticas mais seguras (Avelar *et al*., 2019).

Dentre os psicotrópicos, os benzodiazepínicos foram os mais frequentemente autorrelatados como prescritos, o que é consistente com estudos que demonstram sua efetividade no controle da ansiedade odontológica em procedimentos invasivos (Weissheimer *et al*., 2016; Avelar *et al*., 2019; Finn *et al*., 2023). Contudo, seu uso requer cautela devido aos riscos de sedação excessiva, dependência e interações medicamentosas (Carrasco-Labra *et al*., 2023). A baixa prescrição de antidepressivos, anticonvulsivantes e antipsicóticos — recomendados para condições específicas como dor neuropática e distúrbios orofaciais complexos (Hoffman *et al*., 2022), sugere menor familiaridade desses

profissionais com terapias menos convencionais, reforçando lacunas formativas historicamente presentes no ensino odontológico brasileiro (Avelar *et al*., 2019).

Quanto às dimensões do conhecimento, os achados revelam fragilidades importantes em dimensões essenciais para uma prescrição segura, como o domínio da legislação (Portaria 344/1998), compreensão de protocolos e diretrizes, percepção da relevância desses protocolos e adequação da formação recebida. Estudos nacionais e internacionais apontam padrão semelhante: dentistas demonstram maior familiaridade com aspectos práticos da prescrição — especialmente para analgesia e controle da ansiedade —, mas menor domínio de normas regulatórias, farmacovigilância e critérios técnico-legais que orientam o uso de substâncias controladas (Avelar *et al*., 2019; Carrasco-Labra *et al*., 2023; Pergolizzi *et al*., 2020). Essa discrepância tem sido interpretada pela literatura como reflexo de lacunas curriculares persistentes, nas quais a farmacologia é ensinada majoritariamente sob enfoque sintético e biomédico, com pouca ênfase em implicações legais, riscos de dependência e manejo de efeitos adversos (Hoffman et al., 2022). De modo semelhante, pesquisas internacionais mostram que dentistas frequentemente superestimam seu conhecimento farmacológico, ao mesmo tempo em que subestimam a complexidade regulatória associada aos psicotrópicos (Sharma *et al*., 2020; Finn *et al*., 2023). Assim, o reduzido conhecimento normativo observado neste estudo — contrastando com a alta proporção de profissionais que afirmam saber prescrever psicotrópicos — evidencia um descompasso entre prática e conhecimento técnico-legal, já documentado na literatura e que representa risco potencial para a segurança do paciente e para a conformidade ética e regulatória da prática odontológica (Hoffman et al., 2022).

A maior prevalência de não conhecimento entre profissionais com menor titulação acadêmica sugere que a formação *stricto sensu* oferece oportunidades ampliadas de aprofundamento teórico, contato com regulamentações sanitárias e domínio mais sólido da farmacologia clínica (Pergolizzi *et al*., 2020). Esse resultado indica que a maior titulação acadêmica pode funcionar como importante fator protetor contra condutas inadequadas ou inseguras na prescrição de psicotrópicos (Pergolizzi *et al*., 2020; Finn *et al*., 2023).

De maneira complementar, a associação entre maior tempo de formação e maior prevalência de não conhecimento aponta para possíveis processos de desatualização ao longo da carreira. A evolução contínua das recomendações para analgesia, manejo da ansiedade e práticas de farmacovigilância — amplamente documentada na literatura (Shukla *et al*., 2024; 2018; WHO, 2020; ANVISA, 2021) — somada às atualizações periódicas da Portaria 344/1998 e de suas listas regulatórias (Brasil, 1998; ANVISA, 2020), pode não ser acompanhada integralmente pelos profissionais da odontologia, especialmente no SUS, onde a sobrecarga assistencial e as limitações

estruturais reduzem as oportunidades de educação permanente (Lima *et al*., 2018). Assim, o efeito do tempo de formado sobre o conhecimento provavelmente deriva da interação entre mudanças nas diretrizes ao longo dos anos e barreiras estruturais ao acesso à educação continuada (Pergolizzi *et al*., 2020; Lima *et al*., 2018).

A associação entre a não prescrição de benzodiazepínicos e a falta de conhecimento sobre os fármacos psicotrópicos reforça a relação direta entre experiência prática e domínio conceitual. Profissionais que não prescrevem esses medicamentos tendem a ter menor contato com protocolos de sedação consciente, manejo da ansiedade odontológica e exigências legais para o uso de substâncias controladas (Finn *et al*., 2023). A falta de vivência em situações clínicas que demandam esse tipo de intervenção reduz a familiaridade com riscos, benefícios, limites terapêuticos e obrigações regulatórias, um padrão já descrito em estudos sobre prescrição segura na odontologia (Carrasco-Labra *et al*., 2023).

De forma integrada, esses achados demonstram que o conhecimento sobre psicotrópicos é influenciado simultaneamente por fatores formativos, experiência acumulada e prática clínica cotidiana. A titulação acadêmica amplia a base teórica; o tempo desde a graduação pode favorecer desatualização se não houver investimento em educação permanente; e o uso frequente de determinados medicamentos contribui para internalizar protocolos e reconhecer riscos associados. Esses três elementos se articulam com princípios do uso racional de medicamentos, reforçando a necessidade de estratégias contínuas que conciliem formação, prática e atualização (Finn *et al*., 2023).

À luz desses resultados, destaca-se a necessidade de fortalecer protocolos padronizados de prescrição, especialmente para opióides e benzodiazepínicos, garantindo prática alinhada às melhores evidências. Diretrizes internacionais também enfatizam a adoção de alternativas não opióides no manejo da dor aguda, reforçando o papel de abordagens multimodais em odontologia (Carrasco-Labra *et al*., 2023; Finn *et al*., 2023).

No campo da formação profissional, torna-se urgente ampliar conteúdos sobre farmacologia odontológica, legislação sanitária e prescrição segura nos currículos de graduação e especialização. Para dentistas atuantes no SUS, recomenda-se fortalecer programas de educação continuada, com foco na Portaria 344/1998, manejo da ansiedade e princípios do uso racional de medicamentos. Tais medidas podem reduzir desigualdades no conhecimento e aprimorar a segurança clínica em saúde bucal (Carrasco-Labra *et al*., 2023; Finn *et al*., 2023).

Algumas limitações deste estudo devem ser consideradas. O delineamento transversal impede estabelecer relações causais; a realização em um único município pode limitar a generalização; e o instrumento avaliou apenas conhecimento declarado, não habilidades práticas. No entanto, trata-se de

um dos poucos estudos nacionais que investigam conhecimento e padrões de prescrição de psicotrópicos entre cirurgiões-dentistas da rede pública, oferecendo subsídios importantes para políticas locais de capacitação e qualificação profissional.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo caracterizou os aspectos relacionados à autodeclaração de conhecimento e às práticas de prescrição de fármacos psicotrópicos por cirurgiões-dentistas do serviço público de saúde de Montes Claros. Observou-se que, embora a maioria dos profissionais relate conhecer aspectos práticos da prescrição, persistem fragilidades importantes em dimensões essenciais, especialmente no domínio da legislação vigente, na compreensão de protocolos e na formação acadêmica relacionada ao tema. O não conhecimento mostrou-se mais frequente entre cirurgiões-dentistas com menor titulação acadêmica, maior tempo de formação e entre aqueles que não prescrevem benzodiazepínicos, sugerindo a influência de fatores formativos e laborais sobre o conhecimento técnico necessário à prescrição segura. Esses achados contribuem para a compreensão do perfil de conhecimento dos cirurgiões-dentistas da rede pública e dos elementos que o determinam, fornecendo subsídios para o fortalecimento da prática clínica segura e do uso racional de medicamentos na Odontologia.

REFERÊNCIAS

ABED, Hassan; EZZAT, Yousef; ALSAADAWI, Layab; ALMARZOUKI, Rayan; ABOULKHAIR, Reema; ALQARNI, Ali; SHARKA, Rayan. Negative Impacts of Psychiatric Medications on Oral Health: A literature review. *Cureus*. v. 15, n. 12, p. e49915, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.7759/cureus.49915

ARAÚJO, Ozanna Soares Medeiros de; CRUZ, José Henrique de Araújo; OLIVEIRA FILHO, Abrahão Alves de; ALVES, Maria Angélica Satyro Gomes. Tratamento farmacológico e não farmacológico da disfunção temporomandibular: uma revisão da literatura. *Archives of Health Investigation*, v. 10, n. 2, p. 192–199, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21270/archi.v10i2.4824

AVELAR, Luanne Priscilla Pereira; CASTILHO, Lia Silva de; ABREU, Mauro Henrique Nogueira Guimarães; VILAÇA, Ênio Lacerda; RESENDE, Vera Lúcia Silva; SILVA, Maria Elisa Souza e. A prescrição de medicação psicotrópica e o conhecimento da portaria regulatória brasileira por cirurgiões-dentistas. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 338–344, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201900030382

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Boletim de Farmacovigilância.* Brasília: ANVISA, n. 10, 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução RDC nº 405, de 22 de julho de 2020.* Dispõe sobre a atualização das listas da Portaria 344/1998. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998*. Brasília, 1998.

CARRASCO-LABRA, Alonso; POLK, Deborah E; URQUHART, Olivia; et al. Evidence-based clinical practice guideline for the pharmacologic management of acute dental pain in children: A report from the American Dental Association Science and Research Institute, the University of Pittsburgh School of Dental Medicine, and the Center for Integrative Global Oral Health at the University of Pennsylvania. *Journal of the American Dental Association*, v. 154, n. 9, p. 814-825.e2, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.adaj.2023.06.014

DATTA, Anupam; MUKHERJEE, Bikramaditya; SOOD, Shilpa Khullar; DUTTA, Surupa; BARVE, Rucha; PYMPALLIL, Unni; RAVINDRAN, Selvan. Role of Pharmacology in Dentistry: A Review of Analgesics, Antibiotics, and Local Anesthetics. *Cureus*. v. 17, n. 5, p. e848892025, 2025. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7759/cureus.84889

FINN, Kathryn; MOORE, Deborah; DAILEY, Yvonne; THOMPSON, Wendy. The use of oral benzodiazepines for the management of dentally anxious patients. *British Dental Journal*, v. 24, p. 1-5, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1038/s41415-023-5850-5

HOCHSCHEIDT, Gabriela Luiza; SILVA, Mateus Müller da S; FERREIRA, Maria Beatriz Cardoso; QUEVEDO, Alexandre Silva de. Prescription pattern in public specialized dental care centers in Brazil. *Research Society and Development*. v. 10, n. 12, p. e554101220732, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20732

HOFFMANN, B.; ERWOOD, K.; NCOMANZI, S.; FISCHER, V.; O'BRIEN, D.; LEE, A. Management strategies for adult patients with dental anxiety in the dental clinic: a systematic review. *Australian Dental Journal*, v. 67, n. S1, p. S3–S13, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1111/adj.12926

HOLLINGWORTH, Samantha A; CHAN, Ryan; PHAM, Jenny; SHI, Sonya; FORD, Pauline J. Prescribing patterns of analgesics and other medicines by dental practitioners in Australia from 2001 to 2012. *Community Dentistry and Oral Epidemiology*, v. 45, n. 4, p. 303–309, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1111/cdoe.12291

HUANG, Qirong; RASUBALA, Linda; GRACELY, Richard H; KHAN, Junad; ELIAV, Eli; REN, Yanfang. Comparison of analgesic prescriptions for dental pain and patient pain outcomes before vs after an opioid reduction initiative. *Jama Network Open*, v. 5, n. 8, p. e2227219, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2022.27219

LIMA, Valéria Vernaschi; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero; PADILHA, Roberto de Queiroz; MOURTHÉ JÚNIOR, Carlos Alberto. Desafios na educação de profissionais de Saúde: uma abordagem interdisciplinar e interprofissional. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. v. 22, n. Suppl 2, p. 1549-1562, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0722

MAHESARAJAH, Swettha; EL ASMAR, Marie Line; IRWIN, Ryan; VALLEJO-VAZ, Antonio J; MASTELLOS, Nikolaos; DHARMAYAT, Kanika I . Impact of the COVID-19 pandemic on psychotropic prescribing: a systematic review. *BMJ open*, v. 14, n. 9, p. e076791, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2023-076791

PEREIRA, Bárbara Lídia da Silva; ALVES, Bruno Pereira; FIEDLER, Fernanda Paiva. O conhecimento da prescrição e o papel farmacológico em disfunção temporomandibular para os cirurgiões-dentistas: revisão de literatura. *Brazilian Journal Of Pain*, v. 6, n. 1, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5935/2595-0118.20220068-pt

PERGOLIZZI, Joseph V; MAGNUSSON, Peter; LEQUANG, Jo Ann; GHARIBO, Christopher; VARRASSI, Giustino. The pharmacological management of dental pain. *Expert opinion on pharmacotherapy*, v. 21, n. 5, p. 591–601, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/14656566.2020.1718651

RASUBALA, Linda.; PERNAPATI, Lavanya.; VELASQUEZ, Ximena; BURK, James; REN, Yan-Fang. Impact of a mandatory prescription drug monitoring program on prescription of opioid analgesics by dentists. *PloS one*, v. 10, n. 8, p. e0135957, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0135957

SHARMA, Abhimanyu; AHLAWAT, Jyoti; GROVER, Shibani; CHANDRA, Lokesh. Role of Drugs in Management of Pain and Anxiety arising from Diseases of Endodontic origin. *IOSR Journal of Dental and Medical Sciences*, v. 19, n. 6, p. 43-45, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.9790/0853-1906144345

SHUKLA, Kirti; PEBBILI, Kranthi Kiran; BHAGAT, Seena V; RATHOD, Rahul; KOTAK, Bhavesh P. Prospective Evaluation of Dental Practitioners' Knowledge, Attitude, and Practice Toward Adult Dental Pain Management: A Cross-Sectional Multicenter Study. *Cureus*. V. 16, n. 3, p. e55388, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7759/cureus.55388

WEISSHEIMER, Theodoro; GERZSON, Alexandre da Silveira; SCHWENGBER, Henderson Eduarth; MENUCI NETO, Angelo. Benzodiazepines for conscious sedation in the dental office. *Stomatos*, v. 22, n. 42, p. 31-40, 2016. Disponível em: http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-44422016000100006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Medication Safety in High-Risk Situations.* Geneva: WHO, 2020. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-UHC-SDS-2019.10. Acesso em: 17 nov. 2025.

ZEHRAVI, M.; MAQBOOL, M.; ARA, I. An update on pain control in conservative dentistry and endodontics: A review. *The Indian journal of nutrition and dietetics*, p. 114–125, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21048/ijnd.2022.59.1.28600